

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado (S.C.)

Class.: 26

Data: 2 de setembro de 1987

Pg.: _____

190

Ponto de vista

Calha Norte: o genocídio amazônico

NILSON BORGES FILHO
Professor da UFSC

O presente artigo recobre, em parte, minha participação, como debatedor, do seminário sobre o projeto Calha Norte, patrocinado pelo Museu de Antropologia da UFSC, que visou oferecer uma análise científica a respeito do referido projeto e informar a opinião pública e a comunidade acadêmica sobre a proposta governamental de militarização e ocupação da Amazônia.

O projeto estende-se por 6.500 km de fronteiras com cinco países (Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa), englobando 14% do território brasileiro à margem esquerda do rio Amazonas.

Como muito bem afirmou o Prof. Hélio Jaguaribe (Folha de São Paulo, 30/8/87), que entre alguns elogios fáceis ao general Bayma Denys faz uma apologia da proposta do governo, o projeto Calha Norte é "uma das vertentes da nova estratégia de segurança e de defesa nacionais exigidas pelas novas condições do Brasil e do mundo".

Nascido em 1985 e baseado no princípio falacioso de que o papel das Forças Armadas brasileiras é o de defender as fronteiras e desenvolver

suas funções institucionais, o projeto Calha Norte, na verdade, originou-se sob inspiração de formulações geopolíticas elaboradas pela Escola Superior de Guerra (ESG), antes mesmo do regime militar.

Enquadrado nos preceitos da Doutrina de Segurança Nacional, onde o nordeste brasileiro aparece como foco de tensão social e o norte como corredor de tráfico de drogas (novo mote da DSN), a proposta do governo tem o seu objetivo muito bem definido: o aumento da presença militar na região.

Geçtado nos gabinetes do Conselho de Segurança Nacional e com a participação direta dos ministros militares, o Calha Norte prevê a construção de oito batalhões de fronteira e sete pistas de aviação, cujos resultados implicarão na ampliação e modernização das três forças singulares.

Por mais incrível que possa parecer, em pleno final de século, com a *glasnost* da URSS e os discursos de *normalista* de Fidel Castro, o fantasma do comunismo internacional ainda ronda os quartéis, pois segundo a exposição de motivos levada ao presidente, o CSN identifica na Guiana e no Suriname fatos e fatores adversos e a suscetibilidade à influência ideológica marxista.

A rigor, com base nos elementos disponíveis, pode-se concluir que a

base ideológica do projeto Calha Norte é a Doutrina de Segurança Nacional e que o comunismo internacional é, ainda, um fator dos mais importantes no cálculo dos militares brasileiros. Não se deve, também, eliminar a hipótese de que no conceito de segurança nacional está implícito a questão da segurança interna. E, nesse sentido, os militares brasileiros jogam com os seguintes fatores adversos: a tensão na América Central, a presença na região de missionários estrangeiros e de membros da igreja católica progressista e a influência marxista.

Por outro lado, quando no discurso oficial é dito que a presença das FFAA nas fronteiras é um componente essencial de uma política de proteção ao índio, não resta dúvida de que o conceito de poder moderador (Stepan) do aparelho militar foi recuperado pelos novos estrategistas do governo. Assim sendo, as FFAA atribuem-se o papel de árbitro, disciplinando os conflitos reais ou latentes.

Mas, afinal, têm-se que entender que, se o projeto Calha Norte não for implantado dentro de no máximo uns cinco anos (aproximadamente), o Brasil conviverá com a maior população indígena do mundo de perfil marxista-leninista.